

# Metáforas da utopia no espaço público contemporâneo: evidências lingüísticas em português

Margarida Salomão

*Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)*

## Resumo

A presente comunicação argumenta que o discurso utópico deve ser definido como *discurso metafórico* por estruturar-se como compreensão de um domínio conceptual-alvo - [o Presente] - em termos de outro domínio conceptual (seu domínio-fonte), que corresponde à Alternância Utópica (ou Distópica). Um acervo de metáforas conceptuais independentemente motivadas configura semanticamente o discurso. Além disso, o estudo de evidência lexicográfica, pesquisada no discurso jornalístico praticado no Brasil e em Portugal na última década, dá conta da polissemia da Utopia, sendo aceção predominante nos usos verificados o conceito de “projeto político”.

## Palavras-chave

Metáfora, discurso utópico, léxico, corpus, polissemia.

*Maria Margarida Martins Salomão* é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, da qual foi Reitora reeleita de 1998 a 2006. É vinculada à Faculdade de Letras, onde presentemente leciona no curso de Graduação em Letras e no Doutorado em Lingüística. É Doutora em Lingüística pela Universidade da Califórnia, Berkeley, na qual recentemente passou um ano como Pesquisadora Visitante. Introduziu em nosso país a área de pesquisa em Lingüística Cognitiva, sendo atualmente a Presidente da Associação Brasileira de Lingüística Cognitiva, que congrega os pesquisadores brasileiros da área. Como pesquisadora, orientou vinte e duas teses defendidas, tem diversos artigos e capítulos de livros publicados e uma coletânea editada pela UFMG. Seu principal projeto hoje em implantação, nas áreas de Inteligência Artificial e Lingüística Computacional, é o *FrameNet Brasil*, um projeto de descrição lexicográfica do português do Brasil, vinculado a um projeto mundial sediado em Berkeley, com desenvolvimentos envolvendo o espanhol, o alemão, o francês e o japonês. Também interessada em literatura e tradução, traduziu para o Português os Volumes III e VIII (*Primeiros Escritos Psicanalíticos* e *O chiste e sua relação com o Inconsciente*) da *Standard Edition da Obra Completa de Freud*, editada em português pela Imago. Traduziu ainda para o português *Algaravia*, de Jorge Semprún, e *Se um viajante numa noite de inverno*, de Italo Calvino, ambas publicadas no Brasil pela Nova Fronteira. Traduziu do Inglês a tese de doutorado de José Guilherme Merquior *Rousseau e Weber: dois ensaios sobre a teoria da legitimidade*, publicada no Brasil pela editora Guanabara. Fez também o prefácio à primeira edição do livro *Bagagem*, de Adélia Prado, publicado pela Imago em 1976. Filiada ao PT, disputou a Prefeitura de Juiz de Fora nas últimas eleições.

Quero, antes de tudo, agradecer a oportunidade de participar de um empreendimento intelectual tão rico e tão multifacetado: a diversidade das manifestações já trazidas à cena e a paixão com que muitas delas se formulam testemunham a tempestividade e a relevância desta discussão, na qual vou contribuir não como especialista no tópico, mas como entendo que minha formação como lingüista – e como lingüista cognitivista – possa acrescentar à reflexão que nucleia este Congresso.

É objeto programático deste II Congresso, nas palavras de seu Coordenador, Professor Berriel, “delimitar a natureza literária da utopia e demarcar as modalidades de sua definição como gênero, localizando-o dentro da História concreta”.

Como lingüista, não tenho nenhuma dificuldade em abraçar esta tarefa, com uma pequena ressalva: a mim me parece que o discurso utópico deva antes caracterizar-se como *gênero discursivo*, não exclusivamente como *gênero literário*, em que pese a origem literário-filosófica do gênero e sua constante instanciação moderna (na vertente distópica) como narrativa literária. Acompanho o Professor Trousson, em sua manifestação de 1990, traduzida para o Português no número 2 da revista *Morus*, que reivindica como expressão utópica outros modos do imaginário social, independentemente de sua semiologia.

A caracterização em termos de gênero discursivo facilitaria, por exemplo, a caracterização de narrativas não exclusivamente verbais, narrativas cinematográficas (por exemplo, *Blade Runner*), como utópicas (ou distópicas). Facilitaria, ainda, que se discutisse o estatuto utópico de concepções urbanísticas ou arquitetônicas (primariamente não-verbais), como as de Lúcio Costa e Niemeyer em Brasília. Permitiria também que se identificasse como utópica a militância ambientalista do Green Peace ou de todos aqueles que lutam para que “um outro mundo seja possível”. Os dados que apresentarei sobre a linguagem favorecem esta posição.

Não me parece, por outro lado, que o acervo de reflexões suscitadas neste esforço de demarcação e delimitação do conceito de Utopia, tenha evoluído para a emergência dos estudos da Utopia como uma *ordem discursiva*, nos termos de que falava Michel Foucault em 1970. A “indisciplinaridade” que caracteriza, vantajosamente, este Congresso indica que a polissemia do conceito de Utopia é ainda conflito aberto que, talvez, não venha jamais a ser resolvido de forma pacificada, o que é, aliás, o apanágio de certos conceitos tais como os de *democracia*, *liberdade*, *justiça social*, “conceitos essencialmente contestados”, como os chamou o filósofo analítico Walter Gallie, em reunião da Aristotelian Society, no já distante ano de 1956.

A contribuição que pretendo aqui apresentar envolve evidência lexicográfica sobre o uso contemporâneo do lexema *utopia* no discurso público em Português, tal como praticado por dois importantes jornais no Brasil e em Portugal (os jornais *Folha de S. Paulo* e *Público*) no decorrer da última década e tal como tratada pelos métodos atualmente aplicados num campo relativamente recente da lingüística, a chamada *lingüística de corpus*. Mais de uma intervenção neste Congresso tratou da “vulgarização” (palavra deliciosa...) do conceito de Utopia e é natural que a fortuna simbólica desta metonimização do título da narrativa de Morus tenha levado à sua destecnificação, a usos não-técnicos

e nem sancionáveis do termo *utopia*. Por outro lado, esta difusão do uso é indicativa da recepção que o conceito encontrou na história social recente, o que o torna objeto relevante da discussão que se trava aqui.

Antes, porém de passar à evidência lexicográfica, gostaria de discutir a questão da Utopia tal como também o possibilita a lingüística cognitiva, do ponto de vista das metáforas conceptuais que estruturam o discurso utópico até para poder depois refletir sobre a deriva semântica presente nos usos contemporâneos do lexema *utopia*.

### 1. O caráter metafórico do gênero utópico

Uma exploração preliminar do discurso utópico revela que ele se constitui pela tensão entre um presente insuportável e um espaço mental alternativo, que pode ser um outro *lugar* (preferentemente, uma *ilha*) ou uma *temporalidade futura*, cuja afirmação elucida as limitações e as possibilidades de transformação do presente problemático.

Repercutu nesta caracterização as distinções reiteradas por Berriel (e que constam da compreensão de diversos tratadistas) de que “o gênero utópico seja definido em primeiro lugar por *uma diferença radical de intencionalidade* em relação aos gêneros aparentados”, e que se verifica pela recusa à transcendência. Daí que a temporalidade quando emerge (como distopia ou como forma almejada de sociabilidade (política, feminista, ecológica, tecnológica...)) é sempre temporalidade futura e sempre projeto histórico. Excluídos, por consequência ficam todos os “paraísos perdidos”, todas as “idades de ouro”, tanto quanto os cenários regressivos das “arcádias” e das “terras de cocanha”.

De todo modo, por estruturar-se o discurso utópico como *compreensão de um domínio conceptual-alvo - [o Presente] - em termos de outro domínio conceptual (o domínio-fonte), que corresponde à Alternância Utópica (ou Distópica)*, o discurso utópico se constitui diretamente como discurso metafórico e, nestes termos, interessa profundamente aos estudos cognitivos contemporâneos (antropológicos, lingüísticos, psicológicos, neurobiológicos, e, naturalmente, aos estudos filosóficos). Este conjunto de saberes tem na *metáfora conceptual* um tema de reflexão prioritário.

Uma pequena excursão. Em contraste às abordagens tradicionais da metáfora e da linguagem figurada como modos especiais da expressão (confinados à estética e à Retórica), os estudos cognitivos ao longo das três últimas décadas têm aduzido um crescente corpo de evidências de que a metaforização é um dos processos mais importantes e mais produtivos da vida cognitiva (no plano mental e no plano social). [Há sobre isso abundante literatura, sendo um dos textos fundadores o livro de Lakoff e Johnson de 1980, *Metaphors we live by*].

Não admira pois que o discurso utópico se constitua metaforicamente e, mais, que as suas metáforas estruturantes pertençam ao acervo das chamadas “metáforas primárias” (Grady, 1987), ou seja aquelas que conceptualizam as experiências humanas mais básicas, aquelas que são hipostasiadas, pelo seu caráter, como metáforas universais, uma vez que são gerativas das ontologias originárias, dos modelos culturais nuclearmente organizadores da experiência cotidiana. Figuram entre estas metáforas:

- (i) TEMPO É ESPAÇO
- (ii) ESTADOS / SITUAÇÕES SÃO LUGARES
- (iii) MUDANÇA É MOVIMENTO
- (iv) A VIDA É UMA VIAGEM
- (v) DIFICULDADES SÃO OBSTÁCULOS AO MOVIMENTO
- (vi) CAUSAS SÃO FORÇAS.

A combinação de tais metáforas primárias engendra as Metáforas da Utopia, metáforas complexas, que se diferenciarão por seu conteúdo, e que podem integrar-se conceptualmente em formações híbridas, como frequentemente o fazem:

- (i) A UTOPIA É UM LUGAR / UMA CIDADE
- (ii) A UTOPIA É UM TEMPO FUTURO (social ou pessoal)
- (iii) A UTOPIA É UMA ORDEM SOCIAL (ascética, socialista, matriarcal...)
- (iv) A UTOPIA É A LINGUAGEM / A COMUNICAÇÃO UNIVERSAL
- (v) A UTOPIA É A TECNÓPOLIS / A ECÓPOLIS ...

O discurso utópico matricial, o de Morus, situa a Utopia num Lugar (numa Ilha) e numa Ordem Social (socialista e ascética). O “encolhimento (físico) do mundo” que ocorre paradoxalmente após o Renascimento e após o progresso técnico-científico (já não há Continente Austral para onde fugir (e, segundo Drummond, nem Minas há mais...)) leva a que a Viagem utópica se desloque para o eixo do Tempo. (Nenhum problema: TEMPO É ESPAÇO e ESTADOS SÃO LUGARES. No mínimo, o peregrino poderá realizar sua jornada de auto-aperfeiçoamento e as sociedades poderão cultivar seus mitos de evolução teleológica).

Não obstante, este “encolhimento do mundo” é também registrado como redução da imaginação utópica como positividade. Não é tanto que o mundo esteja desencantado; pior é que ele esteja assombrado pelo espectro de sua própria inevitabilidade: as distopias contemporâneas (e, entre elas, as arqueologias foucaultianas) mais se apresentam como espelhos aterrorizadores do Presente do que como sua Alternância Temporal (ou Ontológica). A revelação da perversidade constitutiva de toda ordem institucional (que faz as delícias de todo desconstrutivista) é, entretanto, ainda metafórica, como é metafórico o cenário crepuscular de Gotham City.

## 2. O léxico da utopia em Português

Feitas estas observações sobre a natureza estruturalmente figurativa das versões mais recentes do discurso utópico (ou distópico), o estudo dos usos do lexema *utopia* nos indicará quais esquemas conceptuais (ou *frames*) são por ele suscitados no discurso público praticado contemporaneamente em Português.

Escolhemos um corpus de textos jornalísticos, uma vez que é mais provável que as ordens de temas aí tratados requeiram o uso do lexema *utopia* mais do que os usos conversacionais (de não especialistas...) e, para um conjunto de cinquenta milhões de tokens, empregamos como ferramenta de busca o software Sketch Engine, desenvolvido na Inglaterra para dar suporte à pesquisa lexicográfica.

Neste corpus, registramos 676 instâncias do lexema *utopia*, distribuídos em seis tipos de usos:

i. Como Nome Próprio (de Boates, Bares, músicas, livros, projetos, grupos). Ex.: *O encontro foca a realidade dos africanos em Portugal e insere-se num ciclo promovido pelo Grupo Utopia...*

ii. Como narrativa. Ex: *...a história do pequeno índio é uma vibrante e terna homenagem à coexistência dos seres vivos na superfície da terra. Uma simpática utopia, felizmente traduzida para o Português.*

iii. Como sonho, desejo, aspiração. Ex: *Tudo que é ato é primeiro utopia, desejo. ...Maria del Mar Bonnet confunde-se com o mito e a alma da Catalunha. Sua voz é marcada pelas raízes tradicionais e pela utopia... Naquele lugar é que o povo lançava ao rio suas utopias...*

iv. Como projeto impossível. Ex: *O ideal seria que toda gente tivesse acesso ao ensino superior, ao doutoramento. Mas isso é uma utopia como a do pleno emprego.*

v. Como lugar/ tempo imaginário. Ex: *O tempo da promessa será obra de Deus. Virá quando ele entender... A utopia, pelo contrário, é construção da mente humana... Ciberespaço: os mesmos que dizem que já não há lugar para utopias, não se apercebem que estão a construir uma, o ciberespaço, em torno das promessas da internet...*

vi. Como projeto político. Ex: *...vale mais ter uma utopia mesmo pervertida, do que não ter nenhuma. Sem ela, os povos não sobrevivem.... Voltando ao título deste artigo, não é claro que o crédito educativo represente um movimento em direção à utopia social. Assim a democracia participativa é hoje uma utopia, reclamada por personalidades insuspeitas, tais como o Presidente da República....*

A distribuição da frequência destes usos é interessante: 36% como “projeto político”, 21% como “desejo ou sonho”, 17% como Nome Próprio, 13% como “espaço/tempo imaginário”, 11% como “projeto impossível”, 2% dos usos designam uma narrativa utópica.

Há muitos pontos a destacar aí. Vou me limitar a três. Em primeiro lugar, a exportação do *frame* da Utopia do discurso originário (litéro-filosófico) para o “vulgar” conserva o traço de *contrafactualidade* básica desta conceptualização: 45% dos usos replicam esta dimensão, em parte (11%) exacerbada como “projeto impossível”. O uso isoladamente mais freqüente neste corpus releva a dimensão renascentista da História como construção humana: 36% dos usos referenciam, de algum modo, um *projeto de transformação política*. Apenas 2% dos usos instanciam o *frame* de *gênero discursivo*, o que é compreensível, já que trata esta acepção de uma construção técnica, improvável de freqüentar veículos de massa tais como jornais diários.

Assim, no uso lingüístico não especializado, a conceptualização que prevalece é a da *utopia histórica* (seja da história individual, na qual é desejo e sonho, seja na história social, na qual é projeto de transformação que toma as formas mais variadas – do ciberespaço ao socialismo...). Este fenômeno revela quão fecunda foi a recepção, embora remota, involuntária e inconsciente, da construção utópica no discurso público em Português.

### Conclusão.

Os resultados lexicográficos que apresento apontam no sentido recomendado pelo Professor Jean-Michel Racault, que, junto a outros, recomenda, no que concerne à demarcação da Utopia como gênero, que se a distinga do *utopismo*. Os usos lingüísticos comuns examinados em Português (mas não presumo que estudos lexicais em outras línguas importem em diferenças expressivas) demonstram a prevalência do que o professor Racault chama de *utopismo* como acepção contemporânea mais freqüente.

Se aqui procedêssemos ao levantamento destas versões utopistas haveríamos de nos impressionar com sua diversidade, não inesperada, entretanto, se considerarmos a decadência das utopias tradicionais e a dispersão de ideais formativos que enquadra estes nossos tempos.

Quem trata disso à maravilha é Ítalo Calvino, um autor que não vi aqui citado e que produz em *As cidades invisíveis* uma paródia fascinante do discurso utópico. No diálogo entre o Viajante-a-Terras-Extraordinárias (ninguém menos que Marco Pólo) e o Imperador (ninguém menos que Gengis Khan), releva Despina entre as cidades visitadas. A Despina é possível chegar ou de navio ou de camelo. Quem chega por terra a vê como um navio; quem chega por mar a vê como um camelo. Comenta o Narrador que cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe.

Estas cidades, agostinianamente invisíveis, requerem a metáfora para poderem ser divisadas e o engenho humano para poderem ser concebidas. E é essa a matéria do discurso utópico.

### Referências

- CALVINO, I. *Le città invisibili*. Torino: Einaudi, 1972.
- FILLMORE, C.J. "Frames and the semantics of understanding". In: *Quaderni di Semantica* 6.2, 1985, p. 222-254.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- GALLIE, W. B. "Essentially Contested Concepts". In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 56, p. 167-198, 1956.
- GRADY, J. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. Ph.D. dissertation. University of California, Berkeley, 1997.
- GRIES, S. e STEFANOWITSCH, A (orgs). *Corpora in cognitive linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.
- RACAULT, J. M. Entrevista concedida ao Jornal da UNICAMP. *Jornal da UNICAMP*, Campinas, n. 431, p. 5-7, 2009.
- TROUSSON, R. Utopia e utopismo. *MORUS – Utopia e Renascimento*, Campinas, n.2, 2005, p. 123-135.